

# O PLANO DE TRABALHO DOCENTE – AÇÃO EM SALA DE AULA

Ivete Catarina dos Santos Silva<sup>1</sup>

Nilsa de Oliveira Pawlas<sup>2</sup>

## RESUMO:

Este artigo discorre sobre como elaborar um Plano de Trabalho Docente utilizou-se de uma abordagem centrada na importância da dimensão conceitual que os professores devem ter acerca dos documentos escolares e das relações de seu trabalho, com a realidade social. O objetivo deste trabalho é fundamentar os professores para que atendam a necessidade de diagnosticar e intervir nos problemas ocorridos na escola com relação às dificuldades encontradas na aplicação do Plano de Trabalho Docente. É resultado de pesquisa realizada na escola de atuação e de pesquisa bibliográfica. Para a elaboração da pesquisa foi realizado entrevistas, utilização de filmes, *slides*, e curso à distancia como o Grupo de Trabalho em Rede - GTR oferecido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED. Disserta sobre a importância da Pedagogia Histórico-Crítica no espaço escolar, trazendo conceituações fundamentais para os professores sobre a tendência pedagógica adotada no estado do Paraná e a importância do método dialético. Como resultado e considerações finais ficam sugestões para elaboração do Plano de Trabalho Docente.

**Palavras-chave:** Plano de Trabalho Docente. Pedagogia Histórico-crítica. Método Dialético.

## ABSTRACT:

This article discusses the way of preparing a teacher's plan work, by using an approach based on the importance of the concept that teachers must have about the school documents and links to their work with social reality. This work aims to support teachers to meet the need to diagnose and intervene in school problems with regard to difficulties encountered in implementing teacher's plan. It is the result of research conducted at the school of acting and literature. During the developing of research was conducted interviews, the use of films, slides, an online course as the Working Group Network - GTR offered by Paraná State Government - SEED. It discusses the importance of the Historical-Critical Pedagogy at school, bringing fundamental concepts to teachers on the pedagogical trend initiated in the Parana State Government. As a result and concluding remarks follow suggestions for preparing the Teacher's Plan.

**Keywords:** Teacher's Plan. Historical Critical Pedagogy. Dialectical Method.

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse em abordar este assunto surgiu da prática pessoal em sala de aula atuando como professora e solidificou-se com a participação no trabalho da equipe pedagógica.

---

<sup>1</sup> Professora Pedagoga – PDE 2008, SEED, Estado do Paraná, NRE de Pato Branco, Município de Coronel Vivida. E-mail – ivetcss@seed.pr.gov.br / ivetecatarina@hotmail.com.

<sup>2</sup> Orientadora Profª Mestre em Lingüística Aplicada pela UEM. Lotada no Departamento de Pedagogia - IES – Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Guarapuava, PR. E-mail – npawlas@yahoo.com.br.

Há que se considerar que é na aplicabilidade do Plano do Trabalho Docente que se efetiva toda a prática teorizada em qualquer projeto de ensino, seja ele o Projeto Político Pedagógico da escola ou um projeto maior; a longo prazo; ou menor; a curto prazo, de uma política pública para a educação.

Embora muitos autores tenham escrito sobre o assunto, há dificuldade em aplicá-lo na prática, tendo em vista o movimento que acontece em sala de aula durante sua execução. Movimento esse, que não é o mesmo durante sua elaboração, uma vez que está apenas no aspecto teórico e antecipador. No entanto, após sua aplicação, o professor poderá transformá-lo mediante novos dados fornecidos pela aprendizagem dos alunos.

É na elaboração do plano diário do professor que se configuram todas as relações existentes entre as políticas públicas para a educação.

Tendo em vista que cada governo ao assumir o poder, apresenta suas políticas públicas para a educação, faz-se necessário estudar e transformar conceitos para que tal política pública se efetive e neste sentido, os professores assumam uma política de trabalho de continuidade no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

## **2. DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO**

Utilizou-se para implementar o tema **O Plano do Trabalho Docente-Ação em sala de aula**, o encaminhamento metodológico aos moldes de João Luis Gasparin.

A pesquisa contou com a participação de seis professores do Colégio Estadual Arnaldo Busato – Ensino Médio Normal e Profissional que atuam nas quintas séries do ensino fundamental. Três são professores da disciplina de História, duas professora de Ciências sendo que uma delas também leciona Matemática, um professor de Inglês e Arte.

Percebeu-se que eles tinham uma grande expectativa em relação ao professor PDE. Expliquei-lhes que estamos pesquisando problemas que ocorrem na escola e apontando soluções que poderão ou não dar certo, que precisamos da contribuição de todos.

Foram realizados encontros presenciais aos sábados. Pode-se perceber como o fator tempo interfere para o preparo das aulas. Foi conversado

individualmente com cada professor, durante as horas atividades, para coletar alguns resultados que não foram possíveis durante os encontros.

Após estes encontros percebeu-se que os professores já avançaram muito em seu conhecimento, porém alguns conceitos ainda precisam ser melhor elaborados por eles.

Os professores responderam o questionário o qual norteou a pesquisa, pois teve como ponto de partida aquilo que está sendo feito nas suas práticas de sala de aula. Após discussão chegou-se a conclusão da importância de estudos teóricos sobre assuntos que são ferramentas para o trabalho em da sala de aula.

Várias questões angustiam diretores, professores e pedagogos como: por que a aula não dá certo? Em que momento do trabalho o conteúdo se perde? As metodologias são apropriadas? Houve mudança significativa de como se planejava há anos atrás e como se planeja hoje? Os professores têm bem fundamentado dimensões conceituais de planejamento, currículo ou diretriz curricular, PPP e de plano de ensino? Os professores têm conhecimento teórico sobre avaliação ou sabem diversificar os instrumentos de avaliação? O Plano do Trabalho Docente está em conformidade com o Projeto-Político-Pedagógico da escola e com os outros documentos que envolvem seu trabalho?

A partir dos questionamentos, discutiu-se com os professores as relações que ocorrem durante a aula e as dificuldades encontradas para seu planejamento ou como valer-se das intervenções pedagógicas?

Fizemos leitura dos gráficos do ano de 2008 para verificar com dados precisos o resultado da aprendizagem dos alunos da quinta série. Vejamos:



Gráfico 1: Resultado da Aprendizagem da quinta série do CEAB-EFMNP  
Fonte: Relatório Final referente ao ano de 2008 e atas de Conselho de Classe

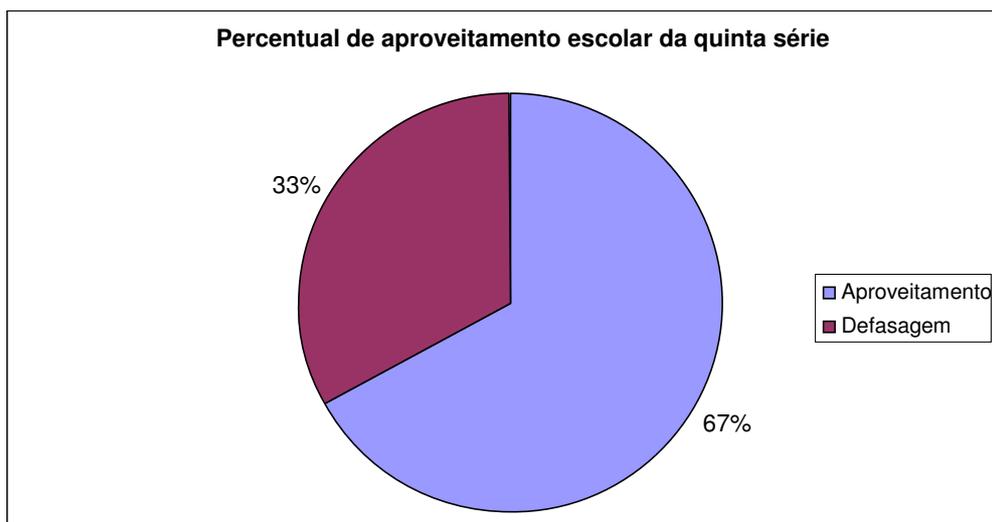


Gráfico 2: Percentual de aproveitamento escolar da quinta série do CEAB-EFMNP  
Fonte: Relatório final e atas de Conselho de Classe referente ao ano de 2008

Foi considerado como aproveitamento de 100% aqueles alunos que passaram dentro da média exigida pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Considerou-se defasagem os resultados obtidos por alunos que reprovaram ou foram aprovados pelo conselho de classe.

Então, concluiu-se que esse aluno não atingiu determinado aprendizado para ser promovido para a série seguinte. Em nosso sistema de ensino; de quinta à oitava série; uma disciplina pode reprovar um aluno.

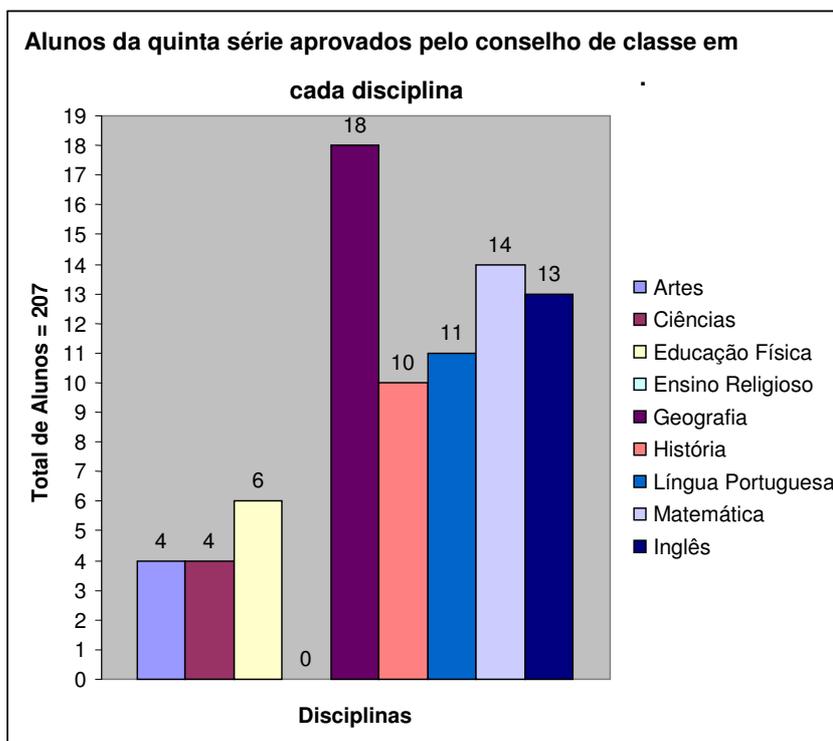


Gráfico 3: Índice dos alunos reprovados, por disciplina, no ano de 2008.  
Fonte: Relatórios finais e atas de Conselho de Classe referente ao ano de 2008.

Neste gráfico ao contrário do que se vem estudando, em se tratando de reprovações, a disciplina de Geografia superou a disciplina de Língua Portuguesa a qual mostrava-se na liderança.

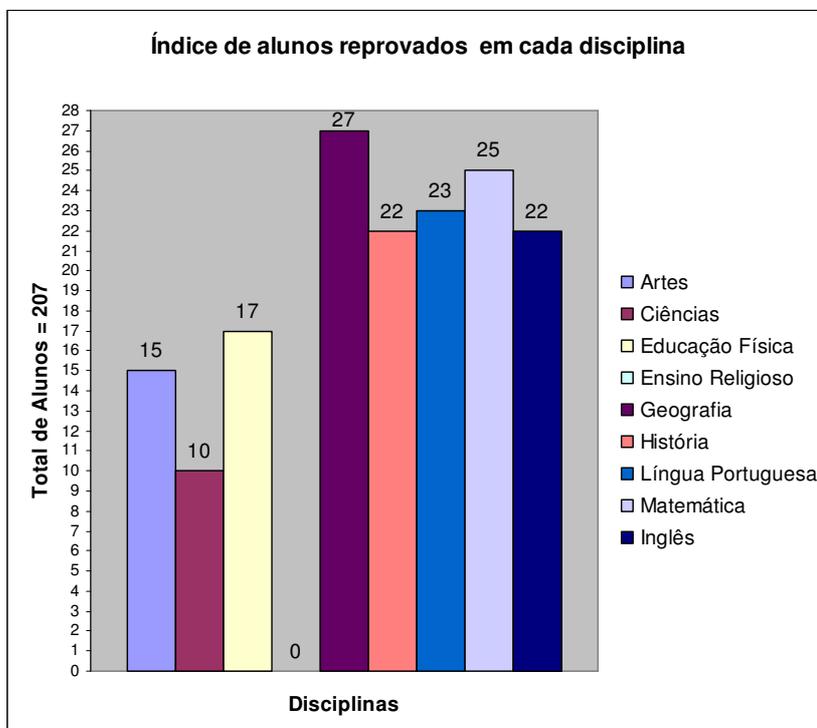


Gráfico 4: Índice de alunos reprovados no ano de 2008.  
Fonte: Relatórios finais referente ao ano de 2008.

Como se percebe o índice de reprovação em Geografia também superou as demais disciplinas, embora matemática continue com um índice ainda considerado relevante.

Neste momento do estudo, obteve-se várias respostas tais como: "os alunos estão vindo muito fracos"; "eles não tem conteúdos de primeira a quarta série"; "alguns mal sabem ler"; "eles não têm alfabetização matemática". "Não possuem linguagem matemática"; "não conseguem parar e se concentrar". Concluiu-se que o problema da falta de concentração dos alunos é uma das maiores queixas por parte dos professores. Então a partir das queixas dos professores houve a necessidade da observação de algumas turmas para ver se esse problema ocorre mesmo. Constatou-se que os alunos estão vindo com muita dificuldade. Muitos deles não conhecem terminologias próprias da matemática como: subtraia, adicione, terça parte, metade, enfim, termos que os alunos já deveriam estar dominando ao término

da quarta série. Então vem a pergunta: *o que fazer? "Agora o aluno agora está comigo é eu que devo sanar estas dificuldades". "Mas como? Se eu tenho um currículo a cumprir?" "Trabalhando o currículo eu fecho os olhos para o que eles não sabem." "Se eu trabalhar o que eles não sabem eu deixo o currículo de lado?"*. Essas são falas dos professores durante a implementação. Acredita-se que todas as escolas enfrentam problema como este.

Tomou-se o cuidado porque a nossa tendência é colocar a culpa em alguém e esta não é a nossa intenção. A intenção é intervir nesses problemas para solucioná-los.

Considerando-se o número total de aprovação, conforme os gráficos abaixo, nos conformamos, pois o resultado de aprovação está bem significativo Vejamos:

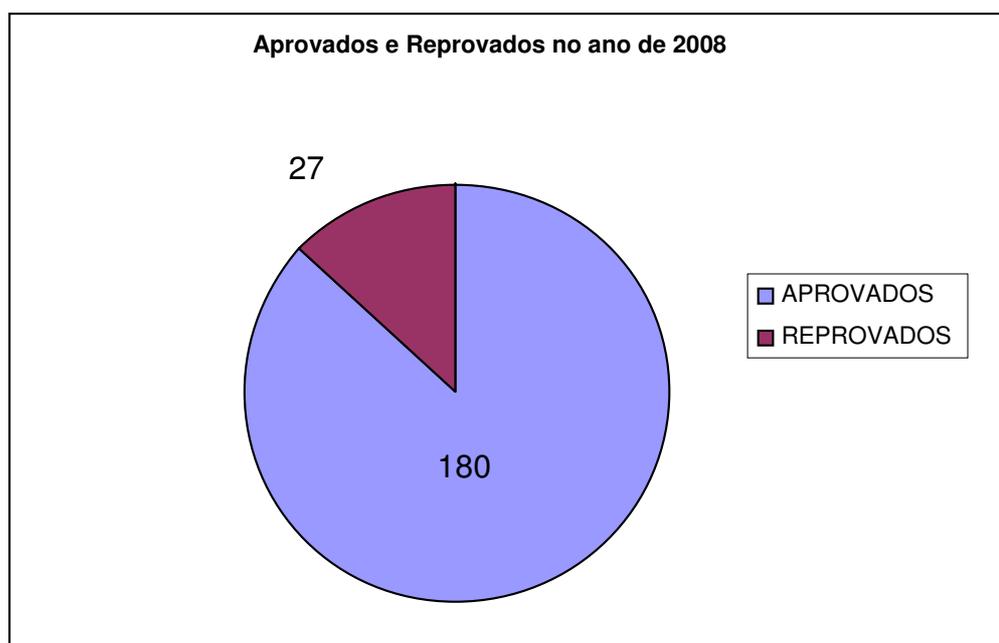


Gráfico 5: Índice dos alunos aprovados e reprovados na quinta série do ano de 2008. Fonte: Relatório final referente ao ano de 2008.

Dos 207 alunos que freqüentaram a quinta série em 2008, foram aprovados 180 e reprovados 27, nos dando um alto índice de aprovação.

O gráfico 6 nos dá uma interpretação visual mais apurada de como o resultado numérico nos leva a um conformismo em virtude dos resultados estatísticos.

Em percentual esses valores nos dão uma impressão melhor ainda, pois 86,95% é um resultado satisfatório. Tem-se em mente na escola que qualquer valor que ultrapasse 75% de aprovação é uma medida satisfatória. No entanto, para a elaboração do Plano do Trabalho Docente é preciso considerar o aspecto humano e não numérico. Cada aluno é um ser e não um dado numérico.

Vejamos em valor percentual:

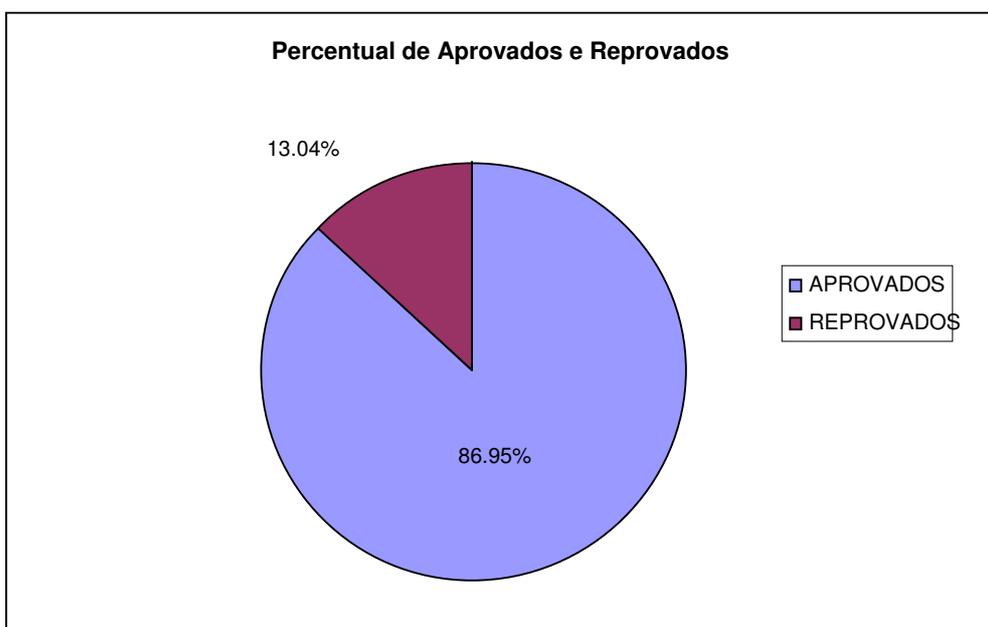


Gráfico 6: Percentual de alunos aprovados e reprovados na quinta série do ano de 2008.  
Fonte: Relatório final referente ao ano de 2008.

Numa Concepção Marxista de conhecimento na qual as coisas acontecem no mundo das relações, deve-se compreender que a aula é algo menor, uma parte do todo que pode ser as Políticas Públicas para a Educação, Legislação, Propostas e/ou Diretrizes Curriculares, Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar entre outros. No entanto o todo – que são estas políticas - está no particular; que é a aula. E a aula, que é a parte, deve estar integrada com este todo. Também possui outros elementos que o aluno traz consigo os quais contribui direta ou indiretamente na aula do professor.

Por isso insiste-se na formação continuada dos profissionais da Educação. Não se pode mais conceber que a escola atual permaneça com os mesmos modelos das Escolas Tradicional e Tecnista que seguiam o modelo fordismo/tylorista. Acácia Küenzer (1989) descreve muito bem o fordismo/tylorismo em seu livro

Pedagogia da Fábrica ao discutir a dicotomia entre a teoria e a prática e as relações do modo de produção capitalista.

Para melhor ilustrar; numa fábrica de camisas que produz em série os profissionais geralmente só sabem costurar uma parte da camisa, uma gola ou a manga, precisando assim de vários profissionais para confeccionar a camisa inteira. Ao final todas as camisas serão iguais. Este modelo não serve para a escola atual.

Na escola não se fabrica camisas. Trabalha-se com pessoas. Pessoas vêm carregadas de vivências, cada uma com sua subjetividade. Mas é na objetividade das relações entre os homens e a natureza que se dará o conhecimento construído historicamente pela humanidade. Por isso a sala de aula se torna espaço de relações onde se adquire conhecimento. Conhecimento que dará ao aluno a oportunidade de passar do senso comum à consciência filosófica.

Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada (CIRESEI<sup>3</sup>, apud SAVIANI, 2000a, p.2).

Para que um bom trabalho aconteça há a necessidade de uma ação consciente por parte de quem o faz. Na escola não pode ser diferente.

Para as questões de indisciplina não apresentei soluções nesta questão pois essas são as situações que certamente ocorrem durante a aula, mas não sabemos o momento em que elas vão acontecer, por isso a importância do professor estar bem instrumentalizado através de leituras sobre o assunto. Conversamos e chegamos à conclusão de que uma aula bem preparada resolve boa parte dessas questões. E aula bem preparada, requer seriedade. Exige tempo, pesquisa e organização do tempo em sala de aula.

Para entendermos sobre o plano do trabalho docente há que se adentrar um pouco nas conceituações de planejamento, de currículo e/ou Proposta Pedagógica Curricular e/ou Diretrizes Curriculares, Projeto Político-Pedagógico e de Regimento Escolar, pois esses documentos estão diretamente relacionados com a aula do professor.

---

<sup>3</sup> CIRESE, A.M. Conceptions du Monde, Philosophie Spontanée, Folklore, In: Dialectiques. In.: nº 4 e 5, especial sobre Gramsci. pp.83-100.

O material organizado pela equipe da Secretaria da Educação do Estado do Paraná - Superintendência de Educação-Coordenação de Gestão Escolar para o estudo dos pedagogos e professores nos aponta conceituações fundamentais sobre planejamento, bem como seus objetivos e fases em que ele acontece, suas dimensões e a perspectiva democrática. Vejamos:

- O planejamento representa o processo de síntese do conhecimento, constituindo-se em um espaço centrado na aprendizagem, tendo como referência o direito ao acesso aos conhecimentos elaborados historicamente e socialmente.
- "É uma mediação teórico-metodológica para a ação consciente e intencional". (VASCONCELLOS, 1995, p. 79)
- É reflexão.
- É processo mental.
- É abordagem teórica.
- É tomada de decisão.
- É previsão de uma ação.
- É intencionalidade (PARANÁ, 2008, p. 2).

## 2.1. O currículo

Quando se pensa em currículo, logo vêm a idéia de um amontoado de papel organizado sistematicamente, e que deve ser seguido a risca pelos professores como se no currículo estivesse todo o conhecimento compactado em algumas folhas de papel.

O tempo escolar, com sua organização em bimestres, semestres vai passando, chegando a mudança de ano e isso é motivo de angústia para os professores que atuam em sala de aula porque muitos ainda não conseguiram vencer os conteúdos.

Portanto a necessidade de entender o currículo torna-se algo imprescindível na formação profissional dos professores.

Ao analisar estudos de alguns autores, Sacristán (1998), conclui que em qualquer conceitualização sobre currículo devem ser consideradas:

- Primeiro: o estudo do currículo deve servir para oferecer uma visão da cultura que se dá nas escolas, em sua dimensão oculta e manifesta, levando em conta as condições em que se desenvolve.
- Segundo: trata-se de um projeto que só pode ser entendido como um processo historicamente condicionado, pertencente a uma sociedade, selecionado de acordo com as forças dominantes nela, mas não apenas com capacidade de reproduzir, mas também de incidir nessa mesma sociedade.

Terceiro: o currículo é um campo no qual interagem idéias e práticas reciprocamente.

Quarto: como projeto cultural elaborado, condiciona a profissionalização do docente e é preciso vê-lo como uma pauta com diferente grau de flexibilidade para que os professores / as intervenham nele (p.148).

Por outro lado, Vasconcellos (2006) ao abordar a flexibilidade no planejamento fala que é necessário uma reflexão mais cuidadosa. Segundo ele, o planejamento acaba por ser descaracterizado em nome da flexibilidade. Qualquer coisa é colocada no projeto, perdendo o compromisso com a realização, dado que é flexível.

Corre-se o risco do planejamento ser seguido à risca sem preocupações com a dialética que ocorre durante a aula e seguir de uma maneira totalmente linear ou de se tornar um simples registro, que não condiz com aquilo que se está trabalhando em sala de aula. No registro é uma coisa, na prática é outra.

Vasconcellos distingue “flexibilidade de frouxidão”, pois:

[...] é certo que o projeto não pode se tornar uma camisa de força, obrigando o professor a realizá-lo mesmo que as circunstâncias tenham mudado radicalmente; mas isto também não pode significar que por qualquer coisa o professor estará desprezando o que foi planejado. Partimos do seguinte princípio- que é ético e estratégico - : **se vai para o projeto é para acontecer!** (p.159).

No entanto, a flexibilidade é condição fundamental para o trabalho do professor. Porém, é preciso pensar em que sentido o plano é flexível. Na metodologia é fundamental que o professor seja flexível para que consiga atingir todos os alunos, já em relação ao conteúdo corre-se o risco de um barateamento do ensino, para isso o professor precisa de uma análise mais criteriosa sobre o que será priorizado sem prejudicar o conteúdo essencial de sua disciplina.

Veiga (1995) conceitua o currículo como sendo:

[...] uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (p.27).

A equipe da SEED aderiu ao seguinte conceito: **Proposta Pedagógica Curricular** e traz direcionamentos importantes fundamentados em legislação e em alguns autores que abordam sobre o assunto para os profissionais da educação.

Presente nos Artigos 12, e 13 da Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96, como Proposta Pedagógica e no artigo 14, da mesma lei, como Proposta Curricular, não existindo diferença entre os termos. A CADEP optou pelo termo Proposta Pedagógica Curricular. É na Proposta Pedagógica Curricular que está explicitado:

- O QUÊ: conteúdos de cada área do conhecimento;
- COMO: metodologia de ensino e práticas avaliativas;
- POR QUÊ: o direito à apropriação do conhecimento produzido historicamente;
- PARA QUÊ: socialização e a apropriação dos conteúdos, enquanto compromisso com a emancipação das camadas populares;
- PARA QUEM: sujeito histórico-social construído nas determinações das relações de classe (PARANÁ, 2008, p. 6).

Saviani conceitua currículo como, “organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer uma escola desempenhando a função que lhe é própria”. (2000, p.23).

Conceitos de Dermeval Saviani foram tomados como alicerce quando da construção do Currículo Básico para a Escola Pública no Estado do Paraná na década de 90. E é nesta retomada de conceitos, que as novas Diretrizes Curriculares foram elaboradas. Há muito que construir. Há de se entender que não é um documento pronto. Deve e precisam acontecer análises constantes por parte da coletividade e se for necessário, possíveis mudanças, porém sem perder a dimensão do que é conteúdo essencial.

A conceituação de currículo de Dermeval Saviani e sua Pedagogia Histórico-crítica é a que mais traduz para resolver o problema do conhecimento escolar. Segundo ele, na maioria das vezes o trabalho escolar é descaracterizado, pois chega ao final do ano trabalhou-se de tudo na escola menos o essencial.

Dermeval Saviani aborda a questão da escola não distinguir o que são atividades curriculares de extracurriculares, dando importância ao que é secundário. Então o secundário passa a ser essencial, e o que é essencial passa a ser secundário. Nessa visão, é importante observar a postura em que os profissionais elaboram as propostas curriculares. Um dos pontos a ser levado em consideração, por exemplo: o que é prioridade? Quais conteúdos são relevantes dentro de cada

disciplina? É nessa direção que a Pedagogia Histórico-crítica leva sua filosofia de conhecimento.

Sobre isso Saviani (2000) aborda o seguinte:

Quanto ao primeiro aspecto (a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados), trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório. Aqui me parece de grande importância, em pedagogia, a noção de “clássico”. O “clássico” não se confunde com o tradicional e também não se opõe, o clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, se constituir num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico.

Quanto ao segundo aspecto (a descoberta das formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico), trata-se da organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedimentos) através dos quais, progressivamente, cada indivíduo singular realize, na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente (p.18).

## 2.2. O Projeto Político Pedagógico

Quanto ao Projeto-Político-Pedagógico todos os profissionais da escola trabalharam em sua construção, no entanto parece algo novo para a realidade escolar visto que os estudos sobre ele sua construção de modo participativo só se deu nos últimos anos. Antes o projeto era algo feito pela equipe pedagógica da escola e/ou diretores como uma burocracia a ser cumprida. Atualmente conforme Veiga (1995) o Projeto Político-Pedagógico não é algo construído e em seguida encaminhado às autoridades educacionais para cumprir burocracias. O Projeto-Político-Pedagógico segundo ela é “um rumo, uma direção”. “É uma ação intencional e tem compromisso definido coletivamente”. É político, pois tem compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. É “pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade”. (p.13).

Na visão de Vasconcellos (2006), o Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é:

[...] o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da

atividade prática da instituição neste processo de transformação (p.169).

Conforme a Secretaria de Estado da Educação - Superintendência de Educação - Coordenação de Gestão Escolar:

O termo é defendido pelos educadores críticos, como sendo um documento de construção coletiva da identidade da escola pública.

- Pressupõe concepção de homem, sociedade, escola, educação, cultura, trabalho, tecnologia, cidadania, conhecimento, ensino e aprendizagem, avaliação;

- PPP é um referencial teórico da escola e constitui-se de três marcos:

**MARCO SITUACIONAL:** Análise da realidade – diagnóstico da escola e suas especificidades. Descreve e situa a escola no atual contexto da realidade brasileira, do estado e do município.

**MARCO CONCEITUAL:** Opção teórica: Pedagogia progressista. Explicita objetivamente e estabelece relações entre os fundamentos teóricos (concepção de homem, sociedade, educação, escola, conhecimento, avaliação, cidadão, cidadania, cultura, gestão democrática, currículo).

**MARCO OPERACIONAL:** Define linhas de ação e a reorganização do trabalho pedagógico escolar na perspectiva pedagógica administrativa, financeira e político-social: (PARANÁ, 2008, p. 4).

### 2.3. Regimento Escolar

É o documento de maior importância dentro da escola. Todos os outros documentos deverão estar em consonância com ele.

O Regimento Escolar traz em si toda a organização da escola em todos os seus aspectos de maneira detalhada, regulamenta todas as normas da mesma.

Todos os profissionais da escola devem conhecer o Regimento Escolar, pois:

(...) É o Regimento Escolar que estrutura, define, regula e normatiza as ações do coletivo escolar, haja vista ser a escola um espaço em que as relações sociais, com suas especificidades, se concretizam. Integrante de um sistema de ensino, em uma sociedade, a escola tem, no Regimento Escolar, a sua expressão política, pedagógica, administrativa e disciplinar e deve regular, no seu âmbito, a concepção de educação, os princípios constitucionais, a legislação educacional e as normas específicas estabelecidas pelo Sistema de Ensino do Paraná. (ARCO-VERDE, 2008, p.10).

## 2.4. O Plano do Trabalho Docente

Quando perguntado aos professores sobre: Como você elabora o Plano do Trabalho Docente de sua disciplina e quais os critérios que você utiliza para esta elaboração? Estas foram as respostas:

Professor 1: *Procuro priorizar os conteúdos os quais considero mais relevantes e que irão favorecer mais o desenvolvimento dos educandos, bem como sua atuação na sociedade.*

Professor 2: *Procuro fazer o conteúdo o mais atrativo possível aos alunos, buscando aprimorar o conhecimento prévio trazido por ele. Adequando o conteúdo às suas necessidades.*

Professor 3: *Geralmente elaboro em conjunto pelo grupo da disciplina, levando em consideração os aspectos da escola, educandos e orientações da SEED.*

Professor 4: *Faço pesquisas sobre o assunto, seleciono o material e posteriormente organizo uma seqüência de trabalhos, que anoto em um caderno.*

Professor 5: *Elaboro através de pesquisa em todos os campos disponíveis na realidade local, sem desigualdades e diferenças de nível. Os critérios são elaborados conforme a série a ser trabalhada.*

Professor 6: *Procuro ter o maior embasamento científico possível dentro de um plano de trabalho através de: elaboração de pesquisa e discussão dos temas com profissionais da área.*

Como se vê, planejar é uma atividade bem mais ampla do que se pode imaginar. O professor precisa estar bem fundamentado sobre conceituações, sobre método, encaminhamentos metodológicos. Precisa ter clareza quanto aos objetivos que se pretende atingir e se perguntar: o que e para que ensinar tal conteúdo?

Esse deve utilizar os recursos de maneira a entender que tais por si só não trazem o conhecimento, mas são instrumentos necessários para uma boa aula.

Um professor organizado elabora suas aulas antecipadamente, de maneira a contribuir para a aquisição de conhecimentos com melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.

Konder (1992) quando fala de trabalho dá a seguinte explicação se utilizando da fala de Marx:

Marx apontou três “momentos” essenciais no processo do trabalho: “a atividade de acordo com a meta, ou trabalho propriamente dito; seu objetivo e seu meio”. A atividade de acordo com a meta é a atividade teleológica, aquela que passa por uma antecipação do resultado visando na consciência do sujeito que se pretende alcançá-lo. (p.106).

Com a onipresença dos recursos tecnológicos tais como: televisão, vídeos, internet; o professor precisa estar mais preparado. Todos os recursos são necessários, porém, o verdadeiro conhecimento acontecerá na interação entre professor/alunos e conteúdo em sala de aula. Saber elaborar um bom plano de trabalho pode evitar situações constrangedoras que só desvirtua do foco principal que é o de produzir conhecimentos.

A equipe da SEED/CGE produziu algumas conceituações fundamentais para o plano do professor em sala de aula.

**O que é um plano?**

- É um documento que registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer;
- É um norte para as ações educacionais;
- Plano é a formalização dos diferentes momentos do processo de planejamento;
- É a apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas.

**O plano de trabalho docente:**

- Implica no registro escrito e sistematizado do planejamento do professor;
- Antecipa a ação do professor, organizando o tempo e o material de forma adequada;
- É um instrumento político e pedagógico que permite a dimensão transformadora do conteúdo;
- Permite uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem;
- Possibilita compreender a concepção de ensino e aprendizagem e avaliação do professor;
- Orienta /direciona o trabalho do professor;
- Requer conhecimento prévio da Proposta Pedagógica Curricular;
- Pressupõe a reflexão sistemática da prática educativa (PARANÁ, 2008, p.7-9).

A preocupação com a dimensão conceitual que o professor tem, tornou-se uma grande preocupação para a Política Pública da Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

O último modelo do Plano de Trabalho Docente que a SEED enviou para as escolas é o plano a seguir e apresenta em sua estrutura: conteúdos, justificativa, encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos, critérios de avaliação e referências. Vejamos o modelo:

**Conteúdos:**

Definidos por conteúdos estruturantes, ou seja, saberes – conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas – que identificam e organizam os diferentes campos de estudo das disciplinas escolares, sendo fundamentais para a compreensão do objeto de estudo das áreas do conhecimento (Arco-Verde, 2006).

O desdobramento dos conteúdos estruturantes em conteúdos específicos será feito pelo professor em discussão com os demais professores da área que atuam na escola. O professor deve dominar o conteúdo escolhido em sua essência, de forma a tomar o conhecimento em sua totalidade e em seu contexto, o que exige uma relação com as demais áreas do conhecimento. Esse processo de contextualização visa a atualização e aprofundamento do conteúdo pelo professor, possibilitando ao aluno estabelecer relações e análises críticas sobre o conteúdo.

**Justificativa:**

Explicita a escolha dos conteúdos estruturantes e específicos como opção política, educativa e formativa.

Refere-se às intenções educativas. Expressam as intenções de mudanças no plano individual, institucional e estrutural. *Estão voltados aos conteúdos* e não às atividades.

**Encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos:**

O conjunto de determinados princípios e recursos para chegar aos objetivos, o processo de investigação teórica e de ação prática.

**Crítérios de avaliação:**

Crítérios definem os propósitos e a dimensão do que se avalia. Para cada conteúdo precisa-se ter claro o que dentro dele se deseja ensinar, desenvolver e, portanto, avaliar. Os critérios refletem de que forma vai se avaliar, são as formas, previamente, estabelecidas para se avaliar um conteúdo. Deve constar a proposta de recuperação dos conteúdos.

**Referências:**

As referências permitem perceber em que material e em qual concepção o professor vem fundamentando seu conteúdo. Fundamentar conteúdos de forma historicamente situada implica buscar outras referências, não sendo, portanto o livro didático o único recurso.

**Dimensão Legal**

Aparece no **Artigo 13, II e IV da LDB** como *Plano de Trabalho* que deve ser feito pelo professor, isso justifica o termo *Plano de Trabalho Docente* (p. 7-9).

O plano deve estar integrado à todos os documentos da escola, porém, muitas vezes ele não acontece ou pelo menos não acontece da forma como deveria ser, devido ao movimento que se dá em sala de aula. O plano não é um trabalho isolado do professor com seus alunos em sala de aula. Além de possuir a relação com os documentos escolares, tem as relações que ocorrem durante a aula, a dialética de sala aula.

Por isso que uma política pública de gestão democrática para a educação foi implantada para as escolas do estado do Paraná: as Diretrizes Curriculares da

Educação Básica do Paraná. Esse documento, “é o chão da escola e traça estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública” (Portal dia-a-dia Educação, Diretrizes Curriculares, p.1).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Básica trazem nos textos: algumas palavras chaves que são: **o objeto de estudo** de cada área ou disciplina, os **conteúdos estruturantes** dando assim uma organização sistemática dos **conteúdos básicos** ou essenciais, sendo que o desdobre dos conteúdos básicos fica a critério do professor.

A formação continuada para os professores já é algo de implementação efetiva, mas há ainda muito a percorrer.

Demo (2006) ao abordar sobre isso também produz um discurso sobre a autoria do professor em sala de aula. Diz ele:

É preciso mudar drasticamente, assumindo a necessidade de cursos mais longos e tipicamente reconstrutivos, nos quais o professor possa refazer sua formação original e entrar, definitivamente, em processo de formação permanente. Precisa saber elaborar seu projeto pedagógico próprio, material didático, para que, sabendo aprender bem, consiga fazer seu aluno aprender. (p.62).

É muito importante analisar os conceitos com os quais os professores da escola pública estavam sendo formados. Durante algum tempo os professores foram formados numa visão que avaliava a atitude dos alunos e não o conteúdo curricular que seria a função real da escola. É nesta retomada de conceitos que caminha a atual política pública do Estado do Paraná.

Dentro de uma visão progressista é que foram norteados os projetos políticos pedagógicos das escolas, porém, é na formação do professor que há a concretude dos pressupostos teóricos.

São os professores que estão em contato direto com os alunos. Então, é para os docentes que deve ser proporcionado o máximo de conhecimentos. É na execução do plano de cada unidade ou conteúdo que acontece a mediação do saber sistematizado, levando os alunos da síncrese - senso comum, para a síntese – conhecimento científico.

Saviani (2000) expressa esta passagem do conhecimento que os alunos trazem de suas vidas para o conhecimento clássico dizendo:

Vê-se, assim, que para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e seqüenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e seqüenciado para efeitos de transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de “saber escolar” (p.23).

Desta forma, o professor deve ser um mediador do conhecimento. Pois, “[...] pela mediação da escola dá-se a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita. Cumpre assinalar, também aqui, que se trata de um movimento dialético” (Ibid., p.27).

É importante observar que Saviani não desconsidera o senso comum, porém a escola deve contribuir para que o aluno não permaneça nele.

Hoffmann (2001) consegue expressar uma situação prática de sala de aula de mediação do professor quando trata da recuperação de alunos dizendo o seguinte:

Estudos paralelos de recuperação consistem em momentos planejados e articulados ao andamento dos estudos no cotidiano da sala de aula. Tomar como elemento de discussão, em pequenos grupos, respostas de alunos a uma tarefa individual, onde revelam hipóteses em construção ou necessidade de complementação, pode ser uma excelente atividade de recuperação. Solicitar a um determinado aluno que recorte de revistas e jornais uma coleção de palavras com “ss”, porque veio demonstrando essa dificuldade ortográfica, também é um estudo de recuperação. Explicações adicionais, novos exercícios ou textos para toda a turma, são alternativas didáticas do cotidiano da escola que irão ajudar alguns alunos em suas dificuldades (p.25).

Luckesi (2005) ao tratar de avaliação usa a expressão “tomada de decisão”. Desta maneira se o aluno não aprendeu precisa ser diagnosticado e planejado novamente com metodologia diferenciada em função do conteúdo o qual não foi apropriado pelo aluno. O mesmo acontece com o aluno que aprendeu o conteúdo. Ele poderia ir além, mas vai até certo ponto e pára.

Quando perguntado para os professores sobre: como você descreve um plano numa perspectiva dialética? Houve as seguintes respostas:

- Professor 1; Não soube responder.

- Professor 2: *Aquele em que partimos do conhecimento prévio repassamos o conhecimento sistematizado (científico) e analisamos se houve ou não aprendizado. Se não houve, retomamos.*
- Professor 3: *Um plano no qual estejam presente: prática social inicial, problematização, catarse e prática social final, ou seja, aquele no qual aproveitamos a bagagem que o educando traz do seu convívio social e histórico e que nós educadores, usamos para abordar o conteúdo específico. (utilizar a avaliação como tomada de decisões).*
- Professor 4: Não soube responder.
- Professor 5: *Todo o plano deve partir primeiramente do diálogo e da discussão para então se ter uma visão de como trabalhar com o aluno, pois os argumentos comprovam a ideia ou opinião que são construídos no decorrer do ano letivo.*
- Professor 6: *Procuro trazer as realidades dos fatos históricos com uma visão paralela dentro do melhor entendimento e raciocínio dos alunos.*

Entender o método dialético na prática talvez seja o grande desafio dos profissionais da educação.

Segundo o método dialético, existe a tese a qual consiste no conhecimento sobre o conteúdo que o professor apresenta para o aluno, a **antítese** que é a argumentação do aluno frente a este conhecimento, acontecendo a **síntese** que é o novo conhecimento adquirido e transformado pelo aluno.

Quando surge a **síntese**, ela se transforma em **tese** que vai gerar uma nova **antítese**, surgindo uma nova síntese e assim por diante.

No trabalho do professor deveria acontecer a mesma coisa. O professor prepara e aplica sua aula - **tese**; o conhecimento que os alunos trazem do senso comum entra em contradição com o conhecimento científico – **antítese**, e por último os alunos são avaliados e o professor diagnostica o aprendizado dos mesmos- **síntese**. Fazendo a análise pelo ângulo do aluno, o senso comum é a **tese**, o conhecimento científico é a **antítese** ou a argumentação, esses conhecimentos entrarão em contradição, dando origem à **síntese**: conhecimento elaborado pelo aluno e assim por diante em sua vida escolar.

No caso do trabalho do professor, surgirão várias sínteses, pois o ensino é para a coletividade, no entanto cada aluno recebe de uma maneira o conhecimento ofertado pela escola. Então, poderá ocorrer que alguns aluno não aprendam

determinados conteúdos. O professor deverá preparar um novo plano e/ou atividades complementares para toda a turma contemplando os conteúdos não apreendidos por estes alunos de forma que eles possam também apreender.

Demo faz uma análise importante sobre isso quando fala da tecnologia em educação:

[...] Se reuníssemos 20 pessoas em torno de uma mesa e contássemos para o número 1 uma história, que é contada para o número 2, até o número 20, esta história chegaria muito ou totalmente deturpada, porque as mentes não conseguem agir como xérox. Quando a mente conta uma história, passa a fazer parte dela na posição de sujeito intérprete, agindo de dentro para fora na condição de observador participante (Maturana, 2001). Se porém, reuníssemos 20 computadores e gravássemos o mesmo documento, nem nos interessaria que o computador se metesse a intérprete. A diferença estaria aí somos entidades autopoieticas, interpretativas, reconstrutivas, enquanto nossos artefatos tecnológicos são tipicamente Instrucionistas (DEMO, 2006, p. 85).

## **2.5. A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO ESPAÇO ESCOLAR**

A Pedagogia Histórico-crítica de Dermeval Saviani resgata a importância do conteúdo escolar numa visão crítica-social dos conteúdos. Fundamenta-se no método dialético através da prática-teoria-prática. Parte de uma concepção do todo, de contextualizar, pois os alunos devem saber o porquê estão aprendendo tal conteúdo. Segundo o autor a tarefa a que se propõe a Pedagogia Histórico-crítica em relação à educação implica:

- a) Identificação das formas desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações bem como as tendências atuais de transformação;
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares;
- c) Provimento dos meios necessário para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção bem como as tendências de sua transformação. (SAVIANI, 2000, p.13-14).

Pensando na formação dos professores e nas políticas dos últimos anos, percebe-se que há uma preocupação neste sentido. A escola sempre cumpriu o

papel de reproduzir o conhecimento de determinada sociedade. Cabe-nos então perguntar: qual é o papel da escola neste momento? A escola pública está dando conta de atender aos anseios dos alunos que são das diversas camadas sociais da sociedade? Pois é para atender a todos, sem distinção que consiste a democratização da escola pública. Ou ainda, a escola está dando conta de atender aos anseios de uma sociedade que vê no conhecimento escolar a única esperança para melhora de suas vidas?

Neste processo todo encontra-se o professor em sala de aula, tentando fazer uma educação melhor, pois afinal, quando se fala em educação logo vêm a expressão “educação escolar”. O sentido de educação a que todos se referem é direcionado sempre à escola.

Discutir o que levou a escola a assumir toda a responsabilidade de educar não é a proposta deste trabalho, mas o que cabe à escola é o principal objetivo. Discutir a totalidade em que se encontra a escola, mas com a especificidade que lhe é peculiar: como diz Saviani a “socialização do saber sistematizado”. (Ibid., p.19).

E este saber escolar é um saber imaterial saber teórico que guiará o aluno a agir quando aparecem as situações imprevistas.

“A educação se situa na categoria do trabalho não material”. “Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos) (Ibid., p.16).

É o saber teórico que aponta as possibilidades e probabilidades possíveis de acontecer durante o processo de produção. E o que é o saber teórico, senão resultado de experiências vivenciadas anteriormente durante a produção de tais conhecimentos?

Também questionamos por que mesmo havendo tantas discussões acerca da teoria e da prática, ainda não se consegue chegar a um resultado satisfatório no trabalho pedagógico para o professor? Por que o conteúdo que é dado na escola, que faz parte do currículo parece que é da escola e não conhecimentos adquiridos pela humanidade? Por que esses conhecimentos não fazem sentido para quem precisa aprender?

Se essas questões forem respondidas e postas em prática com certeza haverá uma inovação na educação escolar. Não existe conteúdo da escola, e sim conteúdo da realidade social que a escola apenas sistematiza de forma organizada, para que possam ser transmitidos e apropriados pela humanidade.

É nesta separação entre conteúdo escolar e realidade social que está o ponto chave do plano de trabalho do professor. O que se dá na escola não faz sentido quando não é relacionado com a realidade social.

Gasparin (2003), em seu livro *Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica* consegue colocar em prática a pedagogia de Dermeval Saviani, a Pedagogia Histórico-crítica. Todo o livro desenvolve o método da prática-teoria-prática.

João Luís Gasparin apresenta cinco passos que vem a ser uma prática de plano do trabalho docente em sala de aula que valoriza o senso comum, porém, não permanece nele. A intenção com essa prática é levar o aluno ao conhecimento científico, erudito, enfim, construído histórico e socialmente pela humanidade e a transformação da realidade social. As cinco etapas do plano são:

1) Prática social Inicial.

O primeiro passo do método caracteriza-se como uma preparação, uma mobilização do aluno para a construção do conhecimento escolar. É uma primeira leitura da realidade, um contato inicial com o tema a ser estudado (p.15).

2) Problematização.

[...] tem como finalidade selecionar e discutir problemas que têm sua origem na prática social, descrita no primeiro passo desse método, mas que se ligam e procedem, ao mesmo tempo, do conteúdo a ser trabalhado. São, portanto, grandes questões sociais, porém inseridas e especificadas no conteúdo da unidade que está sendo desenvolvida pelo professor.

[...] é também o questionamento do conteúdo escolar confrontado com a prática, social, em função dos problemas que precisam ser resolvidos no cotidiano das pessoas ou da sociedade. Ao relacionar o conteúdo com a prática social, definem-se as questões que podem ser encaminhadas e resolvidas através desse conteúdo específico. (p.37).

3) Instrumentalização:

[...] é o caminho através do qual o conteúdo sistematizado é posto à disposição dos alunos para que assimilem e o recreiem e, ao incorpora-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional.

[...]os alunos estabelecem uma comparação intelectual entre seus conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, apresentados pelo professor, possibilitando que eles incorporem esses conhecimentos. Nesse processo o professor auxilia os alunos a elaborarem sua representação mental do objeto do conhecimento. Esse é o momento do fazer docente-discente, em sala de aula, evidenciando que o que o estudo dos conteúdos propostos está em função das respostas a serem dadas às questões da prática social. Esta fase, segundo Saviani (1999,81), consiste na apreensão “dos

instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social”, e que foram considerados fundamentais na fase da Problematização. (p.53)

#### 4) Catarse.

A catarse é a síntese do cotidiano científico, do teórico e do prático a que o educando chegou, marcando sua nova posição em relação ao conteúdo e à forma de sua construção social e sua reconstrução na escola. É a expressão teórica dessa postura mental do aluno que evidencia a elaboração da totalidade concreta em grau intelectual mais elevado de compreensão. Significa, outrossim, a conclusão, o resumo que ele faz do conteúdo aprendido recentemente. É o novo ponto teórico de chegada; a manifestação do novo conceito adquirido. (p.128).

#### 5) Prática social final do conteúdo.

O ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico-crítica é o retorno à Prática Social. Esta fase representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos. (p.143)

A Prática Social Final é a nova maneira de compreender a realidade e de posicionar-se nela, apenas em relação ao fenômeno, mas à essência do real, do concreto. É a manifestação da nova postura prática, da nova atitude, da nova visão do conteúdo no cotidiano. É, ao mesmo tempo, o momento da ação consciente, na perspectiva da transformação social, retornado à Prática Social Inicial, agora modificada pela aprendizagem. (p.147).

Entretanto, para que o plano se efetive, é importante que o professor tenha o domínio teórico de cada etapa do plano, assim terá condições de executá-lo com segurança em sua prática pedagógica.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a elaboração do Plano de Trabalho todos os professores precisam ter conhecimento sobre os métodos, principalmente o da concepção, que está no Projeto Político-Pedagógico. Nenhum método é cem por cento eficaz, no entanto, o desconhecimento dos mesmos deixa o professor desorientado para a realização de seu trabalho.

Após a elaboração da nossa pesquisa houve a necessidade de deixarmos as seguintes sugestões para a elaboração do Plano de Trabalho Docente:

#### **Sobre os objetivos**

- a) Ter conhecimento sobre o que se pretende com o conteúdo a estudar, saber por que tal conteúdo é importante na vida do aluno.

### **Sobre os conteúdos**

- a) Conhecer o Regimento Escolar, LDB, Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Currículo, Planejamento, dentre outros .
- b) Saber qual é o objeto de estudo de sua disciplina e também das demais, para quando necessário, fazer um plano de aula participativo.
- c) Ter domínio dos conteúdos estruturantes.
- d) Selecionar os conteúdos específicos.
- e) Pesquisar o máximo de referências que descreva sobre a unidade ou conteúdo, e elaborar sua própria aula, ter autoria sobre seu plano de trabalho e anotar tanto sua fala quanto as dúvidas e dificuldades dos alunos, como também do professor, pois em outras oportunidades essa aula poderá ser um excelente trabalho acadêmico, de pós-graduação, mestrado e doutorado. Lembre-se, o professor é o melhor pesquisador da sala de aula.
- f) Saber graduar os conteúdos de acordo com a série, visto que a organização curricular da escola é em regime seriado.
- g) Priorizar quais conteúdos será essencial em sua disciplina no espaço e tempo escolares.

### **Sobre encaminhamentos metodológicos**

- a) O professor antes de preparar suas aulas, deve saber quem e como são os alunos com os quais irá trabalhar. Apesar dos conteúdos já estarem postos na Proposta Curricular, para a questão metodológica, faz-se necessário ter conhecimento de outros elementos que interferem diretamente em sala de aula: como indisciplina, questões afetivas, enfim, problemas de natureza diversa. Embora o papel do professor seja trabalhar com o conhecimento sistematizado, não há como fugir dessas situações, pois, muitas vezes, é nas relações interpessoais da sala de aula que se manifestam todas as situações que cada aluno vive individualmente.
- b) Utilizar-se de metodologia que tenha como pressuposto a concepção de aluno que a escola pretende formar.
- c) Utilizar metodologias diferenciadas, pois a classe é heterogênea e nem todos aprendem da mesma maneira.

### **Sobre os recursos**

- a) Listar quais recursos à escola possui para o seu plano de trabalho.
- b) Organizar com equipe pedagógica e direção a disponibilidade dos mesmos.
- c) Aprender o manuseio desses recursos caso não haja profissionais para isso.
- d) Usar recursos diversificados.
- e) Disponibilizar o máximo de materiais sobre o conteúdo estudar e se utilizar daqueles que julgar mais acessíveis ao aprendizado dos alunos.
- f) Fazer análise criteriosa dos materiais que estão na internet, utilizar e indicar para os alunos os *sites* que considerar confiáveis para tal conteúdo. Explicar para os alunos porque alguns *sites* não são confiáveis. Para isso, o professor precisa ter conhecimento básico sobre tecnologias em educação.

### **Sobre a avaliação**

- a) Ter conhecimento sobre a avaliação que está no Regimento Escolar e no Projeto Político-Pedagógico.
- b) Ler autores que fundamentam este tipo de avaliação.
- c) Utilizar-se de instrumentos diversificados de avaliação: provas, trabalhos, debates, exposições orais, trabalhos escritos, relatórios escritos e orais etc, para oportunizar todos os alunos a exporem seu conhecimento.
- d) Avaliar o aluno pelo conhecimento em relação ao conteúdo.
- e) A avaliação deve ser constante e todo o processo deve ser avaliado: trabalho do professor, aprendizado dos alunos e os documentos que norte trabalho pedagógico.

## **4. REFERÊNCIA**

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Caderno de Apoio para Elaboração do Regimento Escolar**. Disponível em:  
<[http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/REGIMENTO\\_ESCOLAR\\_08\\_04.pdf](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/REGIMENTO_ESCOLAR_08_04.pdf)  
> Acesso em: 07 nov. 2008.

DEMO, Pedro. **Formação Permanente e Tecnologias Educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GASPARIN, João Luís. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003 (Coleção educação contemporânea).

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI**, - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

**PARANÁ:** Secretaria de Estado da Educação Superintendência de Educação Coordenação de Gestão Escolar. Texto: **Organização do Trabalho Político-Pedagógico da Escola**.

SACRISTÁN, J. Gimeno ,GÓMEZ A.I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia-histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**.13 ed. Campinas: Autores Associados, 2000a.

SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná**. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/diretrizes/index.php>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 13. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.